



# Confie na diversidade

*Sugestões afetivas para combater a evasão escolar*



Para Educadoras e Educadores



INSTITUTO  
DE SAÚDE

Apoio técnico: IS/Secretaria de Estado da Saúde (SES-SP).

Para que o projeto do caderno Confie na diversidade pudesse ser levado a dezenas de escolas, as Mães pela Diversidade do Vale do Paraíba fizeram toda a diferença.

**ALSTOM**

O caderno Confie na diversidade contou com o apoio financeiro da Alstom para a distribuição em escolas do Vale do Paraíba.

# Confie na diversidade

**4** Carta das Mães

**6** Evasão escolar

**10** Entendendo a diversidade

**11** Diversidade étnico-racial

**12** Diversidade sexual e de gênero

**13** Diversidade de corpos

**14** Neurodiversidade

**15** Ambiente escolar

**16** Ambiente hostil, bullying e outras violências

**25** Amparo legal

**27** Ambiente acolhedor

**30** Acolhimento das Mães

**33** Linguagem inclusiva

**37** Escola e família

**41** Fonte de Dados

**46** Expediente

# Por que ler este caderno?

O que leva um grupo de mães a escrever uma cartilha sobre educação? Se essa pergunta passou pela sua cabeça, faz todo o sentido! Embora tenhamos educadoras e educadores em nossa rede, não somos especialistas na área e não estamos aqui para dizer o que você deve fazer no seu dia a dia e nem competir com pesquisas, guias, artigos e manuais conduzidos por pessoas que estudam o tema; estamos aqui para conversar e promover o acolhimento.

Desde 2014, o coletivo de mães e pais que formou a base das Mães pela Diversidade, uma organização da sociedade civil com atuação nacional, elegeu como missão principal acolher mães, pais e responsáveis por pessoas LGBTQIA+ com a finalidade de prevenir e combater a violência, os conflitos e a incompreensão familiar. Nossas filhas, filhos e filhas, além de serem LGBTQIA+, também representam vários grupos étnicos, classes sociais, religiões, origens etc.

Muitas pessoas consideram a escola a segunda casa de suas crianças e adolescentes. De fato, é na escola que continuam o aprendizado da vida em sociedade e, por isso, nos importa tanto poder falar com você, profissional de educação. Gostamos de dialogar e, ao compartilhar o que vivemos, tentamos usar uma linguagem que todas e todos possam entender. Agora, queremos conversar sobre ambiente escolar e evasão, com o objetivo de pensar coletivamente sobre o que podemos fazer para tornar a escola um lugar mais protegido, para que ninguém mais tenha que desistir do seu futuro em função do preconceito.

Durante a criação deste caderno, pesquisamos muito (você vai encontrar as referências bibliográficas comentadas ao final) e falamos também com mães para entender como lidavam com as questões escolares em casa. Depois, nos propusemos a fazer o que sabemos: aplicar nossa linguagem e nossa metodologia de acolhimento — desenvolvida ao longo de mais de dez anos, com o apoio da nossa rede de mães, profissionais de saúde mental, Direito, Educação e Serviço Social — em cada sugestão nossa que você encontrará.

Escolhemos o título *Confie na diversidade* pois queremos transmitir a mesma mensagem de esperança que compartilhamos com mães e pais recém-chegados ao nosso grupo. Confie! Confie em uma escola que faz a escolha de promoção da paz, da justiça e do respeito e não se omite diante do preconceito, da falsa informação e da discriminação.

Aqui, você vai encontrar as causas da evasão escolar, um retrato do perfil de estudantes mais afetados e sugestões para caminhos de ação baseados em afeto e, quem sabe, em uma nova forma de olhar. Como todo carinho de mãe, o caderno *Confie na diversidade* foi feito com amor e fé. Esperamos que você goste!



Junho de 2026



"Lucky é um menino de 16 anos, negro, gay, autista, com Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade (TDAH), muito inteligente e criativo. Atualmente está matriculado no Centro de Educação de Jovens e Adultos (Ceja), ensino à distância, porque essa foi a solução que encontramos depois dele sofrer muito bullying por sua orientação sexual e raça nas escolas particulares que frequentou.

Isso dói na alma, ver o meu filho impedido de socializar e se desenvolver como qualquer outro adolescente, sofrendo de ansiedade, com a sua saúde mental abalada, simplesmente porque a sociedade não o aceita como ele é."

**Rosana, mãe pela Diversidade, Rio de Janeiro.**

## Linguagem inclusiva das mães

Acreditamos que as palavras podem ferir, mas também podem curar — e é por essa razão que adotamos uma linguagem inclusiva neste caderno. Por isso também, ao longo do texto, você vai encontrar expressões de gênero neutro que talvez estranhe — **como filhes** —, mas elas são importantes para que as pessoas sintam que estão sendo representadas. Da mesma maneira, quando falamos de crianças e adolescentes LGBTQIA+, usamos sempre a ordem filhas, filhes e filhos e o possessivo feminino, nossa maneira de demonstrar a importância das mulheres no mundo.

"Minha filha (na época, ainda performava no feminino) começou a demonstrar sinais de sofrimento aos 13 anos. No meio das crises, eu ouvia frases que não conseguia compreender: "Me perdoa, mãe. Eu não gosto de mim. Eu não queria ser eu". A estudante dedicada deu lugar a uma pessoa totalmente desinteressada e desmotivada, que passou a faltar com frequência.

Aos 17 anos, finalmente conseguiu verbalizar com convicção: "sou um homem trans!". Ainda confusa e impactada com a notícia, uma das primeiras coisas que fiz foi procurar a escola para solicitar o uso do nome social, Vinícius. A equipe escolar atendeu prontamente. Essa mudança teve um impacto imediato e profundo. Meu filho voltou a sorrir, o interesse pelos estudos reapareceu, as notas melhoraram e os dias se tornaram mais leves.

Pude observar como esse pequeno gesto, como ser chamado pelo nome e gênero com o qual se identificava, em sala de aula, fez uma enorme diferença. Chegava em casa feliz quando os professores respeitavam e se esforçavam para acertar. Tenho certeza de que foi o reconhecimento de sua identidade no ambiente escolar o ponto de virada para que ele pudesse começar, aos poucos, se reconstruir."

**Eliane, mãe pela Diversidade, São José dos Campos**

# Evasão escolar

*Quando uma ou um estudante abandona a escola, todo mundo perde*

Se crianças ou adolescentes param de estudar antes de terminar a escola, não são apenas as suas vidas que mudam, mas a de todos nós. A sociedade inteira sente essa perda: no emprego, na renda e na esperança de um país mais justo.

Em 2024, quase **9 milhões** de jovens não terminaram o ensino médio. A maioria tinha 15 anos de idade. E, mesmo no ensino fundamental, 3 em cada 100 estudantes não voltaram para a sala de aula em 2025<sup>1</sup>. O Brasil vem melhorando no combate à evasão, mas ainda tem muito a avançar.

**Por trás de cada número há uma história, uma família e um sonho que ficaram para trás.**

## A evasão, passo a passo

### 1. INFREQUÊNCIA:

série de **faltas seguidas**, sem motivo claro.

### 2. ABANDONO:

a/o estudante deixa de aparecer.

### 3. EVASÃO:

no ano seguinte, não volta mais.



## Sinais para prestar atenção

- **Brigas frequentes com colegas ou com profissionais da educação.**
- **Chegar sem material, com fome, sem uniforme.**
- **Falar que precisa trabalhar ou cuidar de alguém.**
- **Queda repentina de notas.**
- **Isolar-se, mudar de comportamento.**
- **Faltar bastante, com justificativas vagas.**



Um (a) educador (a) que enxerga o pedido de ajuda nesses sinais pode ser a pessoa que muda uma história.



## Por que estudantes largam a escola? <sup>2</sup>

**41,7%** precisam trabalhar para ajudar em casa;

**23,5%** dizem que as aulas não fazem sentido;

**14,0%** sentem-se inseguros no ambiente escolar <sup>3</sup>;

**9,7%** das meninas enfrentam gravidez precoce;

**4,4%** precisam cuidar da casa ou de alguém da família;

**3,9%** têm problemas de saúde.



## Quem sofre mais com isso?

Nossas filhas, filhas e filhos **pretos e pardos** representam **71,6% dos que abandonam a escola** <sup>4</sup>;

Nossas filhas, filhas e filhos com **deficiência**: apenas **1 em cada 4 termina a educação básica** <sup>5</sup>;

Nossas filhas, filhas e filhos **LGBTQIA+**, especialmente pessoas **trans: 82% de evasão** <sup>6</sup>.



MÃES  
PELA DI  
VERSI  
DADE



## Sobre as nossas filhas, um cuidado especial

As meninas abandonam a escola menos do que os meninos, mas dois motivos de evasão merecem nossa atenção: a gravidez precoce, a sobrecarga com os afazeres de casa e o cuidado com outras pessoas.

Por trás deles há algo que precisamos mudar: a ideia de que a função da mulher é servir, cuidar e abrir mão dos próprios sonhos. Nossas filhas merecem saber que têm o mesmo valor que qualquer pessoa; que o próprio corpo pertence a elas; que o futuro também é delas.

**Informar é educar. Orientar é valorizar. E valorizar é abrir espaço para sonhar.**

## Uma coisa importante antes de continuar

A evasão tem muitas causas, e elas são diferentes para cada estudante. Antes de julgar, vale perguntar: será que foi a/o estudante que abandonou a escola ou foi a escola que, de alguma forma, a/o abandonou?

Resolver isso não depende só de profissionais da educação e das famílias; depende também de políticas públicas e de toda a sociedade. Mas, dentro da escola, a gente tem a esperança de que muito possa ser feito.

## Os 14% que a escola pode mudar

A escola não controla tudo que leva alguém a abandonar os estudos e muitas vezes nem garante a segurança no ambiente escolar. Porém, tem influência sobre muitos dos motivos relacionados ao ambiente que fazem esse ou essa jovem querer ficar ou ir embora. Estudantes que deixam a escola porque se sentem inseguros reflete um ambiente violento. Dentre essas violências, estão o desrespeito e a discriminação. Se uma pessoa não se sente respeitada, é natural que não queira estar mais ali. E quando esse sentimento se repete dia após dia, o impacto aparece no aprendizado, na saúde emocional e no desejo de continuar. A escola pode ser um lugar seguro, acolhedor, no qual cada estudante pode se sentir visível e valorizado. Isso faz diferença. Às vezes, faz toda a diferença.



"Meu filho é um jovem autista, atualmente com 18 anos. A história escolar dele teve momentos muito difíceis, que começaram aos 6 anos de idade, quando a coordenadora pedagógica da escola me chamou e disse que eu devia procurar um psicopedagoga pois meu filho "não aprendia". Descobri que ele não aprendia porque a classe era de 40 alunos! Era a escola que não ensinava.

Mudamos meu filho de escola mas, aos 10 anos de idade, ele colocou uma tesoura no pescoço, dizendo que ia se matar porque não conseguia fazer amigos. A partir de então, passaríamos a fazer acompanhamento com psicóloga, que não reportava nada de errado com ele, mas me disse para ficar atenta.

Um dia, em um almoço, meu filho me contou que a professora tinha o tinha humilhando na frente de toda a classe. Mudamos de escola novamente e vários episódios de bullying e perseguição de alunos aconteceram. Um dia, a mãe de uma coleguinha me ligou e contou que uma colega insistia para que meu filho se jogasse pela janela. Ele ameaçou pular, até que a supervisora chegou e impediu. Um menino deu uma gravata na hora do lanche, outro bateu a cabeça dele na mesa. Toda vez que eu pedia esclarecimentos, a escola dizia que ia investigar. Ameacei ir ao conselho tutelar, ao Ministério Público e ao Judiciário se mais alguém encostasse ou incomodasse o meu filho. Mas ele já estava traumatizado. Sentava-se sozinho na rampa da escola para comer e não falava com mais ninguém. Comecei a indagar aos colegas o porquê das violências sofridas, e uma coleguinha, Larissa, a quem sou muito grata, disse: "Eles batem nele porque dizem que ele é esquisito".

Respondi: Esquisita sou eu! Ele é só uma criança!

Mudamos de escola de novo, e desta vez ele foi muito acolhido, cursou o Ensino Médio na Escola Ribeiro de Freitas, e se saiu muito bem. Salvo alguns problemas iniciais, teve suas necessidades compreendidas, foram aplicadas as necessárias distinções, estratégias específicas, adaptações, e ele se formou com louvor. Teve boas notas e tirou 10 no TCC, com direito a discurso elogioso pela coordenadora. Vencemos mais uma vez, mas o caminho em alguns momentos foi tortuoso, e até perigoso."

**Simone, mãe pela diversidade, São Paulo, SP**

# Entendendo a diversidade



# Diversidade étnico-racial



## Somos diversos e iguais

0,1%

é a diferença genética entre todos os seres humanos.

~70%

dos brasileiros têm ancestralidade indígena e/ou africana. <sup>7</sup>



## Demografia autodeclarada<sup>8</sup>

55,5% Pretos e pardos

43,5% Brancos

0,8% Indígenas

0,4% Amarelos  
(origem asiática)

## Desigualdade racial

80%

dos 10% de brasileiros mais pobres são pessoas pretas e pardas. <sup>9</sup>

40%

a menos é o que ganham pessoas trabalhadoras negras em comparação às brancas. <sup>10</sup>

26%

de deputadas e deputados federais se declaram negras/os ou pardas/os. <sup>11</sup>

59%

é a taxa de conclusão do ensino médio até os 19 anos de idade entre indígenas, contra 78%, entre brancos. <sup>12</sup>

# Diversidade sexual e de gênero

*Não existem apenas duas formas de existir no mundo*

## Identidade de Gênero

Como nossas filhas, filhos e filhas se reconhecem e querem ser reconhecidas/es/os:

- **Cisgênero**
- **Trans**
- **Genero Não-binário**
- **Agênero**
- **Genderqueer**

## Expressão de Gênero

Como nossas filhas, filhos e filhas se apresentam para as outras pessoas (roupas, gestos, aparência):

- **Gênero feminino**
- **Masculino**
- **Andrógino**
- **Fluido/Variante**

## Orientação Afetivo-Sexual

Por quem nossas filhas, filhos e filhas se atraem. Não é uma escolha!

- **Hetero**
- **Homossexual**
- **Bissexual**
- **Panssexual**
- **Assexual**

## Sexo Biológico

É formado por características físicas externas ou internas e cromossômicas de órgãos sexuais e reprodutivos. Diferem da identidade de gênero e da orientação sexual:

- **Feminino**
- **Masculino**
- **Intersexo**

Veja mais no glossário da diversidade no site [maespeladiversidade.org.br](http://maespeladiversidade.org.br)

# Diversidade de corpos



Veja mais no glossário  
da diversidade no site  
[maespeladiversidade.org.br](http://maespeladiversidade.org.br)

## Corpos plurais

*Não existem corpos errados*

### Tamanho e peso

**9,9 milhões** de adolescentes estão com sobrepeso ou obesidade.<sup>13</sup>

### Estatura

Nanismo, gigantismo e outras variações de estatura. Cerca de **65 mil** brasileiros têm algum tipo de nanismo.<sup>14</sup>

### Deficiência física

Paraplegia, tetraplegia, amputação, paralisia cerebral e mobilidade reduzida. **3 a 5% dos bebês** nascem com alguma anomalia congênita<sup>15</sup>. **5,2 milhões** de brasileiros têm grande dificuldade para andar ou subir degraus<sup>16</sup>

### Deficiência sensorial

Deficiência visual, surdez, deficiência na fala ou variações sensoriais. 7,9 mi de pessoas têm dificuldade para enxergar.<sup>17</sup>

### Aparência e pele

Cor da pele, textura do cabelo, marcas, cicatrizes e outras características físicas, inclusive faciais.



MÃES  
PELA DI  
VERSI  
DADE

# Neurodiversidade: mentes plurais

A humanidade é composta por variações neurológicas, cognitivas, emocionais e ritmos individuais de aprendizado

**920 mil**

matrículas de  
estudantes com  
Transtorno do Espectro  
Autista (TEA).<sup>19</sup>

**15-25%**

da população mundial  
é neurodivergente.<sup>18</sup>

**5 a 8 %**

da população jovem  
tem Transtorno do  
Déficit de Atenção com  
Hiperatividade (TDAH).<sup>20</sup>

## Outras neurodivergências:

- **Dificuldades de Processamento:** dislexia (leitura), dispraxia (coordenação) e síndrome de Tourette.
- **Altas Habilidades:** a superdotação também é uma forma essencial de diversidade cognitiva.

## Diversidade intelectual e ritmos

- Quase **1 em cada 6** crianças e adolescentes entre 10 e 19 anos possui um transtorno mental no Brasil.<sup>21</sup>
- **2 a 3%** das crianças possuem deficiência intelectual.<sup>22</sup>
- **Condições Comuns:** síndrome de down, síndrome do X e Deficiência Intelectual Leve (DI).
- **Ritmos de Aprendizado:** cada pessoa aprende em um tempo e de um jeito próprio; cabe ao ambiente adaptar-se às necessidades específicas e pessoais.



Veja mais no glossário  
da diversidade no site  
[maespeladiversidade.org.br](http://maespeladiversidade.org.br)

# Ambiente Escolar



# Ambiente hostil e evasão escolar

*A escola deveria ser, sempre, um lugar seguro*

Bullying, cyberbullying, capacitismo, racismo, misoginia, gordofobia e lgbtfobia fazem da escola um ambiente hostil e tóxico, que pode levar à evasão de crianças e adolescentes e afetar a saúde mental dos educadores. Além dessas violências, discursos de ódio e ideias que nascem em comunidades virtuais mórbidas, como as que existem na “manosfera”, afetam o clima escolar. Por exemplo, quase metade de estudantes LGBTQIA+ já pensaram em abandonar a escola por se sentirem inseguros. É uma realidade que dói.

“Depois de ser rejeitada pelos colegas quando se declarou menina trans, minha filha me contou que uma professora faz comentários e piadas homofóbicas e transfóbicas. Ela se sente humilhada. As notas caíram e ela não quer mais ir à escola.”

**Cristiane, mãe pela diversidade,  
Ribeirão Preto, SP**

**Quase 4 em cada 10 estudantes entre 13 e 17 anos relataram ter sofrido bullying na escola.<sup>24</sup>**

## Para lembrar: as muitas formas de violência

É muito comum que as pessoas confundam bullying com racismo, misoginia, lgbtfobia e capacitismo. Porém, enquanto esses últimos são sistemas de opressão coletivos, o bullying é um ato individual, ou em grupo, que precisa ter necessariamente **3 elementos**: intenção, repetição e desequilíbrio de poder. Além disso, é comum que haja **3 personagens** envolvidos: quem sofre, quem agride e quem assiste.

Segundo o Programa de Combate à Intimidação Sistemática, instituído em 2015, o bullying pode ser classificado de várias formas:

- 1. Verbal:** insultar, xingar e apelidar pejorativamente;
- 2. Moral:** difamar, caluniar, disseminar rumores;
- 3. Sexual:** assediar, induzir e/ou abusar;
- 4. Social:** ignorar, isolar e excluir;
- 5. Psicológica:** perseguir, amedrontar, aterrorizar, intimidar, dominar, manipular, chantagear e infernizar;
- 6. Físico:** socar, chutar, bater;
- 7. Material:** furtar, roubar, destruir pertences de outrem;
- 8. Virtual:** depreciar, mandar mensagens intrusivas de intimidade, enviar e adultas fotos e dados pessoais que resultem em sofrimento ou com o intuito de criar meios de constrangimento psicológico e social.



MÃES  
PELA DI  
VERSI  
DADE

“Em uma prova de matemática, no exercício que comparava as alturas de corpos humanos, a escola usou imagens de pessoas escravizadas em situações de sofrimento. Foi um horror para a minha filha, que é uma menina preta. Procurei o Ministério Público e, depois de seis reuniões, houve um Termo de Ajustamento de Conduta e a escola precisou se reeducar e “adotar” uma comunidade quilombola”

Fabiana, mãe pela diversidade,

## Racismo e *bullying* racial

O **racismo** é o preconceito baseado na cor da pele e na ideia absurda de que há grupos étnicos superiores. Ele existe antes de qualquer ato individual e afeta toda a população negra e parda produzindo enormes desigualdades.

**É crime no Brasil.**

Já o ***bullying* racial** é a agressão repetida e intencional motivada pelo racismo, Xingamentos, exclusão, agressão e humilhação em função da cor ou da etnia de uma pessoa constituem *bullying* racial.

**NA PRÁTICA:** estudante que xinga repetidamente colega negra/o está praticando *bullying* e injúria racial, que são crimes. A resposta certa é nomear a agressão, chamar a atenção e, em caso de repetição, denunciar.



## LGBTfobia e *bullying* LGBTfóbico

**LGBTfobia** é o preconceito contra pessoas da comunidade LGBTQIA+. Tal preconceito está enraizado na ideia de que só existe uma forma certa de ser e de amar. Isso afeta qualquer pessoa que fuja desse padrão e **é crime no Brasil desde 2019**.

**A escola que não usa o nome social ou que ignora existências LGBTQIA+ no currículo também pratica LGBTfobia.**

O **bullying LGBTfóbico** pode atingir até estudantes que nem são LGBTQIA+, mas que são percebidos como tal por não seguirem os estereótipos sociais.

**NA PRÁTICA:** quando alguém ridiculariza, agride ou exclui uma pessoa por sua condição como LGBTQIA+ comete LGBTfobia, que é crime. Se a exclusão e/ou humilhação é sistemática, trata-se de *bullying* LGBTfóbico, que também é crime. Além de chamar a atenção e nomear a LGBTfobia, em caso de repetição é preciso acionar a coordenação, registrar a agressão e convocar a família da pessoa agressora (ver passo a passo neste capítulo).

"A diretora do colégio onde meu filho estudava quando criança pediu que ele fosse avaliado por um monte de especialistas. Fomos a todos, que o diagnosticaram como uma criança normal. O problema, segundo a diretora, era que ele só brincava com meninos. Na época, meu filho ainda era percebido como uma menina, antes da transição de gênero."

**Carla, mãe pela diversidade,  
Rio de Janeiro, RJ.**

"Quando minha filha estava no ensino médio, ela quis participar da dança da festa junina formando par com outra menina. A escola não permitiu, alegando que os pares deveriam ser obrigatoriamente compostos por uma menina e um menino. A situação gerou bastante constrangimento para ela, que se sentiu excluída e impedida de participar da atividade da forma como desejava. O episódio transmitiu a mensagem de que apenas determinados tipos de pares eram aceitos, o que foi doloroso e discriminatório."

**Ana, mãe pela diversidade,  
Santos, SP.**



"Desde pequeno, meu filho apresentou problemas de aprendizagem. Passamos por psicólogo, neuro, fono e psicopedagoga. Mas, logo depois da pandemia, nós o matriculamos em uma escola pública, porque ele não quis voltar à antiga, que era particular. A partir daí, foram três anos tranquilos, em que a única questão que surgiu foi o fato de ele se declarar um menino trans. Nós o acolhemos, como acredito que toda família deve fazer, e eu me comprometi a conversar com a escola. Mas antes que eu fosse lá, a coordenadora me chamou por outro motivo. Não era por causa do nome social, porque ela descobriu, nos registros escolares, que o meu filho era considerado aluno de inclusão. Ela queria saber por que eu não tinha avisado antes. A verdade é que eu não avisei porque queria ver como ele seria tratado em um novo ambiente e ele, mesmo tendo alguma dificuldade, conseguiu evoluir com os colegas. Por isso, eu acho que o acolhimento da escola é muito importante. A escolha da escola pode fazer muita diferença na vida de um aluno neurodivergente e LGBTQIA+"

Lilia, mãe pela diversidade,  
São José dos Campos, SP.

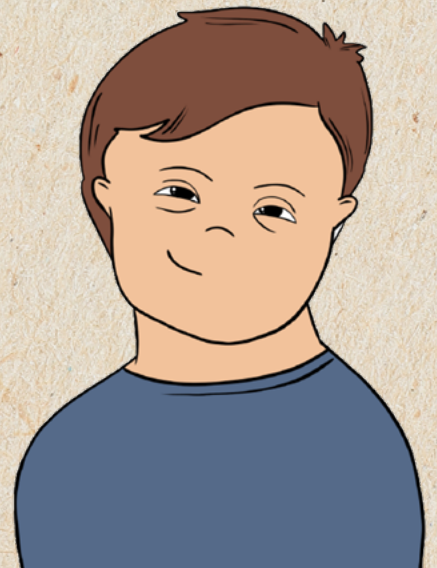
## Capacitismo e *bullying* capacitista

O **capacitismo** surge do preconceito que trata pessoas com deficiência como inferiores ou incapazes. Ele pode aparecer até na forma de superproteção, ao se presumir, por exemplo, que a criança "não vai dar conta". Quando isso escala para uma inferiorização da outra pessoa por qualquer tipo de deficiência, é capacitismo, e é **crime no Brasil**.

**A escola que não adapta o currículo, não garante acessibilidade ou segrega estudantes com deficiência também pratica capacitismo.**

O ***bullying* capacitista** é a agressão repetida e intencional: imitar, xingar, humilhar e/ou excluir de forma intimidatória. Ele nasce de um ambiente que já trata a deficiência como problema. Quando uma pessoa adulta faz de conta que não viu, ensina que aquilo é normal.

**NA PRÁTICA:** é a agressão repetida e intencional: imitar, xingar, humilhar e/ou excluir de forma intimidatória. Ele nasce de um ambiente que já trata a deficiência como problema. Quando uma pessoa adulta faz de conta que não viu, ensina que aquilo é normal.



## Violência contra a mulher

A **misoginia** é o ódio e o desprezo pelo feminino e se apresenta na inferiorização, objetificação, discriminação e violência contra mulheres. Embora a **Lei Maria da Penha** combata a violência contra mulher, ela atua no espaço doméstico e familiar, principalmente. A legislação que criminaliza a misoginia em espaços sociais ainda estava em debate no Parlamento quando este caderno foi desenvolvido.

**NA PRÁTICA:** estudantes que inferiorizam, ridicularizam, rebaixam a auto-estima e discriminam as colegas (cis, lésbicas, trans, bissexuais) estão sendo misóginos e profissionais de educação devem proibir esse tipo de prática no ambiente escolar. Casos de agressão física e sexual devem ser encaminhados ao Conselho Tutelar. Vítimas de violência de gênero (como ameaças, agressões físicas, estupros) podem ser protegidas com medidas de urgência como proibição de aproximação e contato.



## Xenofobia e intolerância religiosa

Menos conhecidos, os atos de discriminar e hostilizar pessoas pela sua **origem** ou pela sua **crença religiosa** também integram o mapa das violências que acontecem dentro e fora do ambiente escolar. Mas é bom lembrar e ensinar que tanto a xenofobia quanto a intolerância religiosa são **crimes, enquadrados na Lei de Racismo**. O crime contra o sentimento religioso (escarnecer publicamente de uma pessoa por causa de sua crença ou perturbar cerimônias) também está tipificado no Código Penal.



## Quando a escola machuca

A exposição contínua a ambientes hostis aumenta os índices de ansiedade, depressão e pensamentos suicidas entre estudantes. E, quando crianças ou adolescentes precisam gastar energia tentando sobreviver ao ambiente escolar — desviando-se de xingamentos, gerenciando o medo, lidando com a invisibilidade —, sobra muito pouco espaço para aprender. A discriminação não só machuca: ela rouba oportunidades.



### Os danos à saúde mental e física:

- Casos de violência autoprovocada – automutilação, autopunição, ideação suicida, tentativas de suicídio e suicídios – aumentaram 44,3% entre 2013 e 2023.<sup>25</sup>
- Adolescentes pretos têm **45% mais risco de suicídio** do que estudantes brancos.<sup>26</sup>
- Jovens indígenas têm as **maiores taxas de autolesão do país** — 100 casos por 100 mil pessoas.<sup>27</sup>
- **58% das meninas** relatam irritabilidade ou mau humor frequente, contra 27,6% dos meninos.<sup>28</sup>
- **94% dos estudantes LGBTI+** se sentem deprimidos.<sup>29</sup>
- **25% das meninas** sentem que a vida não vale a pena, contra 12% dos meninos.<sup>30</sup>
- **43% das pessoas com deficiência intelectual** relatam pelo menos um transtorno mental, contra 13,7% na população sem deficiência.<sup>31</sup>

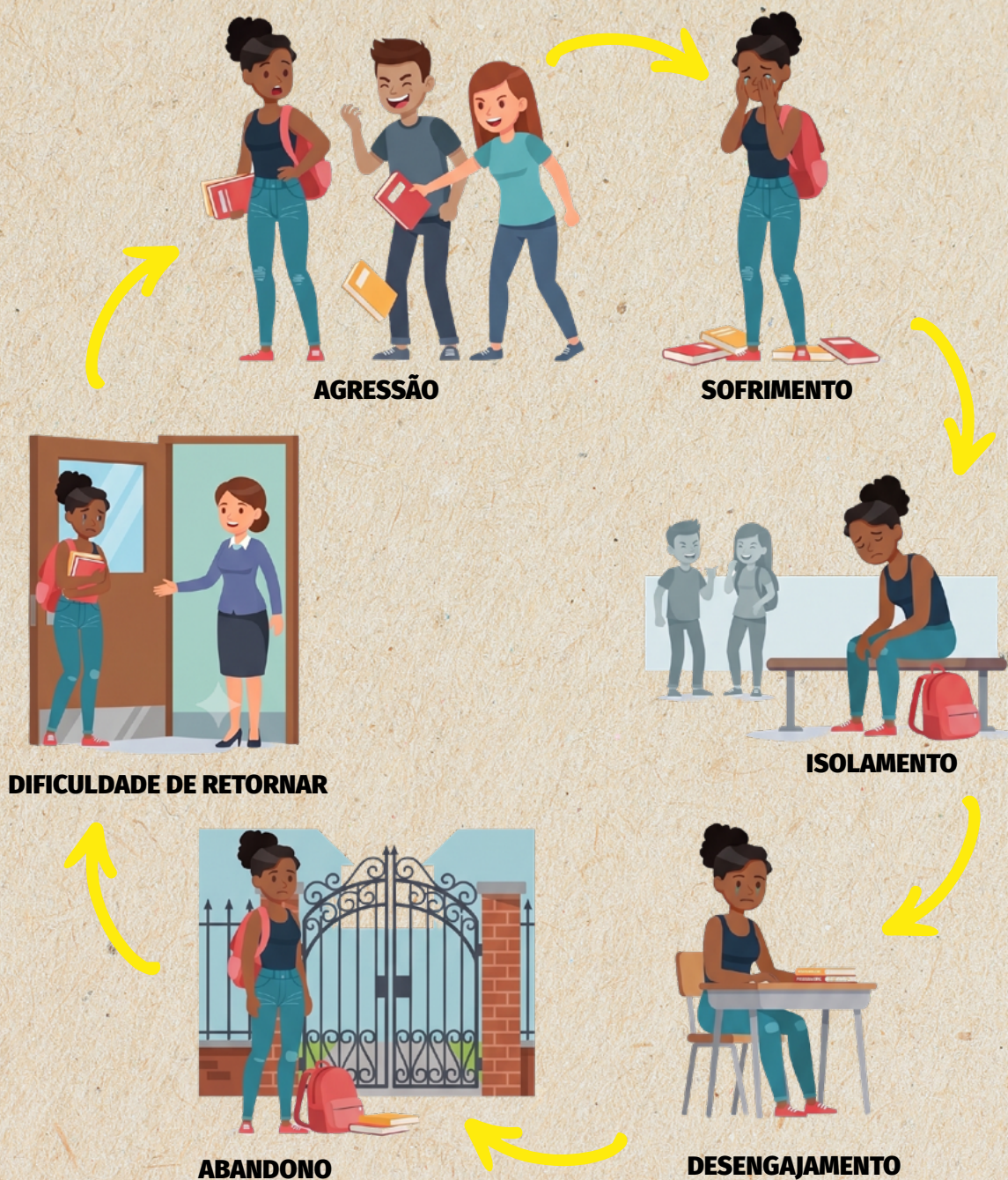
### Cuidar de quem cuida

Lidar com bullying é emocionalmente desgastante. Você também merece cuidado.

- **Compartilhe os casos com a equipe:** não carregue isso solitariamente.
- **Busque apoio psicológico:** quando sentir necessidade
- **Lembre-se:** você não é responsável por resolver tudo, mas tem o papel fundamental de acionar a rede certa.
- **Documente sempre:** o registro protege pedagógica e juridicamente.

# Agir faz toda a diferença

O ciclo do bullying que leva ao abandono escolar se expressa na seguinte forma:



Quanto mais tarde a escola age, mais difícil é reverter esse ciclo. Uma criança que começa a faltar sem justificativa pode estar evitando ser agredida. Perguntar o que está acontecendo — com cuidado e sem pressão — pode ser o primeiro passo para trazê-la de volta. O bullying se sustenta no silêncio e na conivência. Quando a educadora ou o educador age com firmeza, cuidado e consistência, envia a mensagem mais poderosa que existe:

**“Este espaço é seguro, e eu estou aqui para garantir isso.”**

# O que a escola pode fazer: passo a passo

## PASSO 1 | Intervenção imediata ✓

Nunca ignore ou minimize uma situação de bullying. Assim:

- Interrompa a situação com firmeza e calma;
- Não confronte nem envergonhe quem agrediu na frente da turma, pois isso pode intensificar a agressividade;
- Garanta que quem sofreu a agressão esteja em segurança e possa se retirar do espaço com dignidade;
- Ofereça apoio a quem sofreu e não force uma reconciliação imediata;
- Não peça que a pessoa agredida perdoe ou ignore o que aconteceu, pois isso minimiza o dano e reforça a impunidade.

**Quando a motivação é discriminatória:** Além de interromper, nomeie com clareza: “Isso é racismo” / “Isso é LGBTfobia” / “Isso é capacitismo/ Isso é misoginia”



## PASSO 2 | Registro ✓

Todo episódio precisa ser registrado por escrito, mesmo os que parecem menores. O registro protege estudantes, respalda profissionais da educação e ajuda a escola a identificar padrões. Anote:

- data, horário e local do ocorrido;
- descrição objetiva do que foi observado;
- nomes das pessoas envolvidas (quem sofreu, quem agrediu, quem testemunhou);
- encaminhamentos que foram feitos.

**Quando a motivação é discriminatória,** registre explicitamente: racismo, LGBTfobia ou capacitismo. Isso importa, pois os três são crimes tipificados. Informe se já existiram outras situações anteriores envolvendo as mesmas pessoas, pois isso pode indicar a ocorrência de intimidação sistemática (*bullying*).





## PASSO 3 | O fluxo de proteção: quem aciona quem ✓

Quando a escola não consegue garantir um ambiente seguro, há um caminho legal a ser seguido.

- **Profissionais da educação:** registrar, comunicar à coordenação, acionar a orientação pedagógica ou profissional de Psicologia escolar.
- **Direção escolar:** crimes e casos graves, reincidentes ou com risco de evasão, devem ser comunicados ao Conselho Tutelar. Não se trata de uma opção; é lei e deve ser cumprida.
- **Família da pessoa agressora:** pode ser informada de que haverá comunicação do crime.
- **Conselho Tutelar:** acompanha o caso, orienta responsáveis e aplica medidas de proteção; comunica o fato ao Ministério Público quando constituir infração administrativa ou crime.
- **Ministério Público:** acionado quando necessário, aplica a quem agrediu medida de remissão ou inicia o procedimento judicial para aplicação de medidas socioeducativas (advertência, prestação de serviços, liberdade assistida, internação etc.). Deve assegurar que a escola ofereça o currículo obrigatório e ambiente seguro.
- **Unidade Básica de Saúde (UBS)/Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) infantil:** quando há lesão corporal ou suspeita de sofrimento psicológico grave.
- **Delegacia:** crimes tipificados (ameaça, agressão, dano intencional, furto, violência sexual, racismo, capacitismo, lgbtphobia, bullying etc.).

**Quando a motivação é discriminatória:** ao comunicar a família de quem sofreu, mencione o enquadramento legal. A família tem o direito de saber e decidir se deseja registrar boletim de ocorrência. Já a comunicação para a família de quem agrediu, deve ter foco pedagógico, sem deixar de dar um alerta claro sobre as possíveis consequências legais e sobre um possível acionamento do Conselho Tutelar.

E depois: a intervenção não termina após a primeira conversa. Nos dias e semanas seguintes:

- Observe a dinâmica da turma;
- Verifique se quem sofreu a agressão está frequentando as aulas;
- Verifique com discrição se os comportamentos cessaram;
- Registre se houver novas ocorrências e mantenha a coordenação informada;
- Promova, conforme a faixa etária, atividades que abram espaço para falar sobre discriminação e seus efeitos.



# Amparo legal

## *Profissionais de educação não estão sós*

A legislação brasileira e os tratados internacionais incorporados ao nosso ordenamento são claros quanto às obrigações da escola.

- Prevenir, enfrentar e combater misoginia, racismo, LGBTfobia e capacitismo.
- Incluir no currículo: direitos humanos, equidade de gênero e de raça, diversidade sexual e de gênero.
- Implementar medidas de prevenção e combate a toda forma de violência escolar.
- Respeitar o direito à autodeterminação de gênero e realizar campanhas de conscientização.
- Capacitar continuamente os profissionais da educação em valores éticos e respeito à diversidade.

## A educação como direito fundamental

**CF, arts. 6º e 205-206:** educação é direito social fundamental. O Estado deve garantir condições igualitárias de acesso e, principalmente, de permanência na escola.

**ECA, arts. 4º, 53 e 56:** crianças e adolescentes têm direito à educação em ambiente seguro, sem discriminação ou violência. A direção escolar deve comunicar casos de faltas reiteradas, evasão e crimes ao Conselho Tutelar.

**Estatuto da Juventude, art. 7º:** jovens têm direito à educação de qualidade, com respeito à diversidade e sem discriminação.

**LDB, arts. 2º, 3º e 12:** a educação promove o pleno desenvolvimento humano. A escola tem o dever de prevenir, enfrentar e combater a discriminação.

**Convenção sobre os Direitos da Criança:** a educação deve respeitar a dignidade e a identidade de cada criança.

**Princípios de Yogyakarta, item 16:** toda pessoa tem direito à educação sem discriminação por orientação sexual ou identidade de gênero.

**Evasão é violação de direito: o abandono escolar motivado por ambiente hostil indica falha no dever de proteção integral do Estado e da escola.**



MÃES  
PELA DI  
VERSI  
DADE

## Legislação específica para discriminação e grupos vulneráveis

LEI / NORMA	O QUE DIZ
<b>Lei 13.185/2015</b>	Programa de Combate ao Bullying obriga escolas a prevenir e acompanhar casos.
<b>Lei 14.811/2024</b>	Proteção de crianças e adolescentes contra violência em ambientes educacionais.
<b>Lei 7.716/1989</b>	Crime de racismo (pena de 1 a 3 anos) ou de injúria racial (pena de dois a cinco anos): inafiançável e imprescritível. As penas podem ser maiores se o crime for praticado por meio de internet, no contexto de atividades esportivas, artísticas, culturais ou de descontração, diversão ou recreação ou com esse intuito, ou por funcionários públicos.
<b>STF, ADO 26 (2019)</b>	LGBTfobia equiparada ao crime de racismo.
<b>Lei 10.639/2003</b>	Obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira.
<b>Lei 13.146/2015 (LBI)</b>	Proíbe e criminaliza discriminação por deficiência; garante acessibilidade e AEE.
<b>Resolução CNLGBTQIA+ 2/2023</b>	A escola deve respeitar a autodeterminação de gênero.

Para saber mais sobre leis e direitos de pessoas LGBTQIA+, consulte o Manual das Mães pela Diversidade na bibliografia



# Ambiente acolhedor

## Lições sobre pertencimento

Quando nossas crianças e adolescentes percebem rejeição, afastam-se aos poucos, muitas vezes de forma imperceptível da escola e/ou dos grupos de estudo. O que e, principalmente, como a escola escolhe ensinar (ou ignorar) diz muito sobre o pertencimento de crianças e adolescentes naquele espaço. Então, humildemente, queremos fazer alguns pedidos.

### Para estar do lado certo, da lei e do amor

- Cuide das palavras, porque elas machucam mais do que a gente imagina. Evite expressões que reforcem estereótipos ou frases aparentemente inofensivas que carregam preconceito. Elas são micro agressões e machucam de verdade. Damos exemplos práticos no texto à frente.
- Não deixe o ensino sobre diversidade só para uma data comemorativa, pois esse cuidado precisa estar no dia a dia, em todas as matérias.

### Para que cada estudante sinta que há respeito pela sua pessoa

- Deixe que cada estudante escolha usar o banheiro que faz sentido para si, respeitando a identidade de gênero. Isso é dignidade básica. Não divulgue nem incentive discursos de ódio sem base. Veja a realidade: não há casos de homens que se vestem de mulheres para ir ao banheiro. As pessoas trans, em especial mulheres trans, sofrem inúmeras violências em banheiros masculinos. Em sanitários femininos não há risco de exposição, pois as cabines são separadas e fechadas.
- Quando for conversar com alguém que esteja em cadeira de rodas, abaixe, olhe nos olhos. Nunca se incline por cima da cadeira. Antes de ajudar alguém com dificuldade de mobilidade, pergunte se a pessoa quer ajuda, pois autonomia é respeito.
- Cada estudante tem uma individualidade única. Assim, pergunte sempre, não presuma. As preferências de cada pessoa importam.
- Ensine com naturalidade, sem dramatizar o tema, que existem pessoas intersexo.
- Coloque pessoas negras, LGBTQIA+ e com deficiência nos exemplos, nas histórias, nos materiais e mostre trajetórias inspiradoras e positivas.
- Não separe a turma por sexo ou características físicas; todo mundo aprende muito convivendo com a diversidade.



## Para um clima que acolhe de verdade

- Tente combinar as regras de respeito com a turma logo no começo das aulas, pois isso cria segurança para todo mundo. Quando perceber atitudes positivas entre estudantes, fale! Nomeie, elogie e valorize, porque isso incentiva muito mais do que qualquer punição.
- Evite comparar o desempenho de estudantes. Isso magoa e gera rivalidade. Dê espaço para diferentes perfis de estudantes liderarem e se destacarem. Todo mundo merece brilhar.
- Aproveite os momentos do dia a dia para conversar sobre empatia e resolução de conflitos, esses papos valem ouro. Quando alguém sofrer discriminação, acolha com escuta e presença, pois a pessoa precisa sentir que não está sozinha.
- Nossas filhas e filhos com deficiência merecem participar de tudo, de verdade. Por isso, pedimos que adapte a forma de ensinar, mas não diminua o conteúdo.
- Trate a diversidade de corpos, identidades e formas de se comunicar como algo natural, porque é. Promova conversas que questionem estereótipos de gênero, raça e corpo. Isso abre a cabeça e o coração. Vá além do XX e XY: explique que existem muitas formas de ser e de existir nesse mundo.



"No segundo semestre, ele parou de entregar os trabalhos e de participar das aulas on-line. A escola ligou – queriam ajudá-lo. Mostraram interesse, foram humanos, se importaram, abriram espaço. No ano seguinte, a rematrícula já veio com o nome novo. A escola era um lugar seguro."

**Sônia, mãe pela diversidade,  
São Paulo, SP**

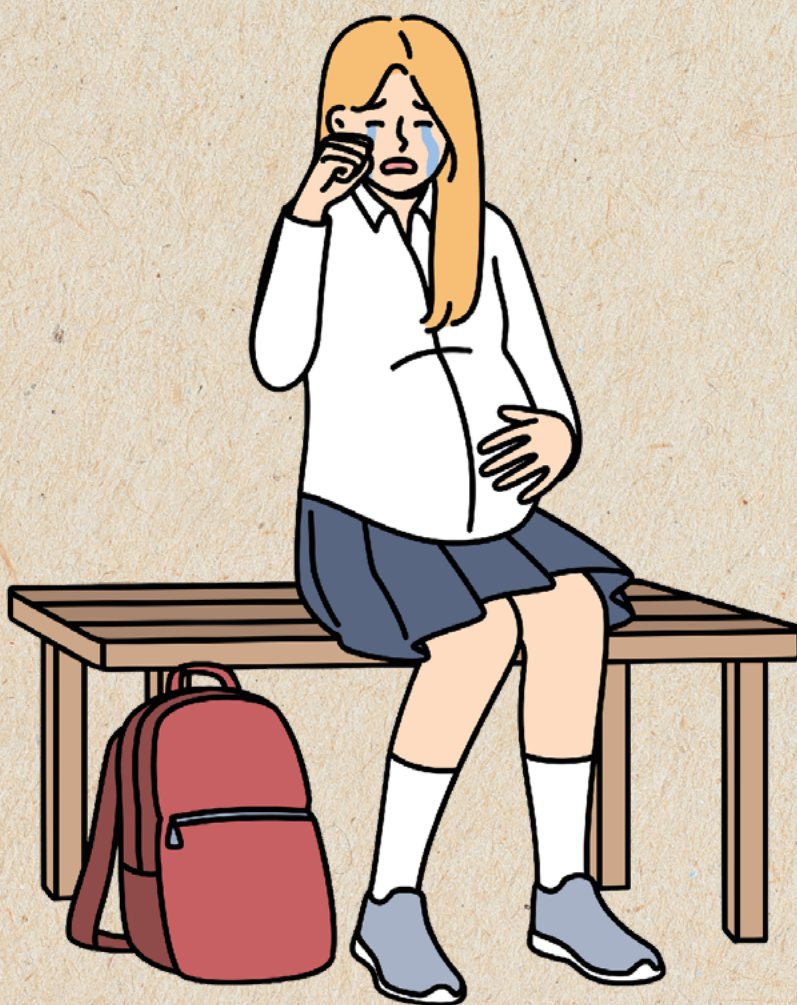
"Meu filho passou alguns anos tumultuados em escolas tradicionais e apenas no final do segundo ano do ensino médio foi para uma escola diferente, que não foca em vestibular, mas tem uma abordagem humana e acolhedora, a Fábrica Escola de Humanidades, ligada à Faculdade de Arquitetura. Comparativamente com outras escolas tem um percentual alto de alunos LGBT. A Fábrica fez muito bem para ele, foi um ano tranquilo e ele entrou direto na faculdade."

**Tati, mãe pela Diversidade,  
São Paulo, SP**

# Respeito

## Para respeitar a vida que cada pessoa carrega

- Se houver uma estudante grávida, em pós-parto ou amamentando, avise que ela tem direito a regime especial de estudos. Garanta que ela e a família saibam disso.
- Falta por motivo de saúde tem justificativa e, em caso de licença médica, pode até ser abonada. Ninguém pode sofrer alguma penalidade por cuidar de si. Valorize a educação como projeto de vida e seja flexível com quem precisa conciliar estudos e trabalho ou estudos com cuidados de familiares.



# Recado das mães acolhedoras

Acolher uma pessoa é, antes de mais nada, acolher a sua dor. Esse e outros aprendizados fazem parte da metodologia de acolhimento desenvolvida com muito carinho pelos grupos de Psicologia e das Mães Acolhedoras da nossa organização. A seguir, compartilhamos recomendações para casos de violência sofrida por estudantes na escola.

## 1. CRIE ESPAÇO PARA ACOLHER DE VERDADE.

Quando estiver com a pessoa, entregue-se inteiramente a esse momento. Isso significa ter tempo, calma e um lugar adequado. Mesmo com a pressão dos compromissos do dia a dia, não apresse o acolhimento — ele merece ser feito com cuidado, em um espaço protegido, longe do olhar de colegas.

## 2. PRATIQUE A ESCUTA ATIVA.

Concentre-se em ouvir, sem supor, sem deixar a mente viajar e sem interromper. Tente não antecipar o que a pessoa vai dizer. Às vezes, o maior presente que podemos dar a alguém é simplesmente estar presente. Conter a própria ansiedade é, muitas vezes, o primeiro passo.

## 3. PRATIQUE A ESCUTA AFETIVA.

Uma forma bonita de fazer isso é imaginar alguém que você ama passando por essa situação. Como você gostaria que a equipe escolar agisse? Esse tipo de empatia pode guiar cada gesto seu.

## 4. VALIDE OS SENTIMENTOS DE QUEM ESTÁ SOFRENDO.

Validar é abrir o coração para acreditar no que está ouvindo, sem julgamentos. Se a pessoa está padecendo, não questione o relato, acredite nela. Não minimize, não duvide. O que ela está sentindo tem valor e precisa ser reconhecido como tal.

## 5. REAFIRME O QUE A PESSOA ESTÁ SENTINDO.

Enquanto ouve, ajude-a a se organizar emocionalmente usando expressões acolhedoras: “sim”, “claro”, “estou te ouvindo”, “você tem todo o direito de se sentir assim”. Também vale parafrasear, repetindo trechos do relato sem modificá-los e sem apressar nem corrigir.



## **6. Seja um ponto de apoio.**

Depois de sofrer uma violência, a pessoa se sente impotente e sozinha. Mostre a ela que você está ali de verdade. Demonstrar cumplicidade nesse momento pode ser uma atitude transformadora. Algumas frases que ajudam: “Eu não sinto a sua dor, mas a compreendo.” “Estou aqui para te apoiar.” “Entendo que a dor está grande.” “Estou do seu lado.”

## **7. Use a linguagem do corpo.**

Um abraço, um toque gentil no braço, sentar-se perto: tudo isso comunica cuidado de formas que as palavras às vezes não alcançam. Mas lembre-se sempre de pedir permissão antes: nem todo mundo se sente à vontade com o contato físico, e respeitar isso também é acolher.

## **8. Continue presente depois.**

Aproveite o vínculo criado para acompanhar quem sofre nos dias seguintes. Pergunte como está se sentindo, observe. Uma conexão verdadeira permite estar perto sem invadir o espaço alheio. Essa continuidade pode fazer toda a diferença.

## **9. Confie na pessoa.**

Acredite que, a seu tempo, encontrará o caminho do equilíbrio. Sua presença nesse processo é preciosa. Esteja ali enquanto for preciso.

## **10. Confie em você.**

A dor de quem passa por sofrimento pode nos tocar de formas inesperadas. Mas acredite: você tem o que é preciso para ser esse ponto de apoio. Às vezes, uma única pessoa que acredita em nós muda tudo.

## **11. Esteja realmente disponível para acolher.**

Quando estiver com a pessoa, o foco de atenção deve ser totalmente voltado para ela. Isso significa que você deve ter tempo e espaço adequados. Mesmo com a pressão dos compromissos, quem trabalha com educação não deve apressar o momento de acolhimento.



## O que evitar:

Além de não impor sua opinião e não desconfiar do relato, existem outras atitudes que pedem atenção.

**1. Não peça para a pessoa se acalmar ou não chorar.** Deixe que ela expresse e sinta o que precisa sentir. As emoções necessitam de espaço para existir.

**2. Ofereça apoio, mas não imponha soluções.** A frustração é comum quando não antevemos um desfecho feliz, mas precisamos lembrar que o processo é da pessoa, não nosso. Você não está ali para resolver, mas para acompanhar.

**3. Evite comparações.** Frases como “outra pessoa passou pela mesma coisa e reagiu assim...” podem, sem querer, diminuir a experiência de quem está à sua frente. Cada pessoa reage como pode e como sabe.

**4. Guarde o que foi compartilhado com você.** O sigilo é sagrado no acolhimento. Jamais quebre o vínculo de confiança que foi construído.

**5 Não encaminhe antes de ouvir.** Se a pessoa veio até você, é porque confia. Não é preciso ser especialista para ser presença. Você pode errar, pode hesitar, mas não delegue antes de ouvir. Uma dica que vale sempre: na dúvida, pergunte. Perguntar também é cuidar.

**6. Não imponha a sua opinião nem dê qualquer solução que force um “final feliz”.** Você não está advogando e nem julgando ninguém; está ali presente e escutando.



# Linguagem Inclusiva

## O que não dizer

Rever a própria linguagem não é censura, pequenas trocas nas expressões cotidianas podem ajudar a construir um ambiente mais solidário, civilizado e respeitoso.



## Sobre raça e etnia



### NÃO DIZER

### PORQUE É PROBLEMÁTICO

### ALTERNATIVA



#### Mulato/mulata

A origem é associada à palavra “mula” e carrega histórico degradante.

Pessoa negra, parda, afrodescendente (ou pergunte como a pessoa quer ser chamada).

#### A coisa está preta

Associa “preto” a algo ruim.

A coisa está difícil, complicada.

#### Serviço/ trabalho de escravo

Minimiza a violência histórica da escravidão.

Trabalho cansativo.

#### Denegrir/ mercado negro

Associa a palavra negro a algo ilícito ou negativo.

Difamar/mercado informal.

#### Japa/china

Generaliza identidades e apaga individualidades.

Chame a pessoa pelo nome.

#### Feito nas coxas

Expressão ligada à exploração de pessoas escravizadas.

Trabalho mal feito.

#### Programa de índio/ índio

Associa indígenas a algo negativo. Reduz e generaliza a diversidade dos povos originários.

Programa ruim/  
povos indígenas,  
povos originários.



MÃES  
PELA DI  
VERSI  
DADE

## Sobre pessoas com deficiência (PcD)

<b>X NÃO DIZER</b>	<b>PORQUE É PROBLEMÁTICO</b>	<b>ALTERNATIVA ✓</b>
<b>Portador de deficiência / pessoa especial</b>	Ninguém “porta” deficiência, e “especial” pode infantilizar.	Pessoa com deficiência (PcD)
<b>Portador de TEA / portador de autismo</b>	Mesma lógica: não é algo que se carrega.	Pessoa com TEA / Pessoa autista
<b>Sofre de autismo / paralisia cerebral</b>	Pressupõe sofrimento obrigatório.	É autista / tem paralisia cerebral
<b>Ele/ela é normal</b>	Sugere que pessoas com deficiência não são normais.	Pessoa sem deficiência, quando necessário.
<b>Dar uma de João sem braço / está cego?</b>	Usa condições físicas como metáfora negativa.	“Evitou a tarefa”; “Não prestou atenção”
<b>Tadinho / coitadinho</b>	Coloca a pessoa em lugar de pena, não de dignidade.	Trate com respeito e naturalidade.



## Sobre gênero e diversidade sexual



### NÃO DIZER

### PORQUE É PROBLEMÁTICO

### ALTERNATIVA



**Homossexualismo / opção sexual.**

O sufixo “-ismo” está associado à doença.

Homossexualidade

**Opção sexual**

Não se escolhe orientação sexual.

Orientação sexual

**Coisa de viado / traveco / bichinha**

São ofensas.

**Nunca use.**

**Ignorar o nome social / usar pronomes errados**

Apaga e desrespeita a identidade do estudante.

Use o nome social e os pronomes correspondentes.

**É uma fase**

Identidade não é algo temporário.

Respeite e acolha



## Sobre gênero e machismo

**X NÃO DIZER**

**PORQUE É PROBLEMÁTICO**

**ALTERNATIVA** ✓

**Coisa de mulher /  
mulherzinha**

Associa feminino a inferioridade ou fragilidade.

Não associe capacidades a gênero.

**Está de TPM? /  
Homem não chora**

Reduz emoções a estereótipos de gênero.

Acolha o que o estudante está sentindo sem buscar explicação no gênero.

**Ela se saiu bem para  
ser menina**

Supõe menor capacidade feminina.

Elogie pelo resultado.



## Sobre corpos plurais

**X NÃO DIZER**

**PORQUE É PROBLEMÁTICO**

**ALTERNATIVA** ✓

**Como você está magra  
(o), parabéns! / Como  
você engordou!**

Trata magreza como conquista e gordura como motivo de discriminação.

Evite comentários sobre peso ou forma física de qualquer pessoa.

**Bonita de rosto**

É gordofobia embrulhada em gentileza.

Elogie sem ressalvas.

**O que aconteceu  
com seu braço/  
perna?**

Obriga a exposição de algo íntimo.

Não pergunte. Se a pessoa quiser contar, ela contará.

Referência utilizada: Agência Nacional de Saúde Suplementar (Brasil). Guia ANS de diversidade e inclusão. Rio de Janeiro: ANS, 2023.

# Família como aliada

## *Sugestões para fortalecer o vínculo com as famílias*

Quem tem criança ou adolescente em casa sabe que educar é um trabalho diário, que envolve amor, preocupação, cansaço, medo de errar e, muitas vezes, a sensação de que nunca estamos fazendo o suficiente. Além disso, nem toda família consegue oferecer o cenário ideal. Nem toda casa é silenciosa, organizada ou tranquila. Há mães criando sozinhas; há mães e pais que saem de casa antes do sol nascer e voltam quando a criança já dormiu. Tem avós dando conta de tudo. Existem famílias lidando com desemprego, luto, violência, preconceito, saúde mental fragilizada e tantas outras coisas que nem sempre aparecem. Isso significa que muitas famílias estão exaustas — e a exaustão, às vezes, parece desorganização, ausência ou silêncio.

Por isso, quando a escola procura uma família com escuta e acolhimento, isso pode significar muito. Às vezes, uma ligação cuidadosa ou uma conversa sem julgamento valem mais do que qualquer cobrança. Nem sempre as pessoas precisam ouvir o que fizeram de errado; muitas vezes, elas só precisam sentir que tem alguém caminhando junto e que errar faz parte da busca pelo acerto.

## **Convide para a construção de rotina**

Pequenas tentativas já ajudam: uma hora para dormir um pouco mais regular, um canto possível para tarefas, um combinado simples.

## **Reforce que presença também é cuidado**

Perguntar como foi a aula, olhar um caderno, lembrar de uma prova, perguntar sobre amizades ou ouvir uma reclamação sobre a escola já comunica: “eu me importo com sua vida”.



## Compartilhe caminhos de apoio financeiro

Algumas famílias não sabem onde buscar apoio ou sentem vergonha de pedir ajuda. Informar a existência de programas governamentais nas diversas esferas, como o Pé-de-Meia, que oferece incentivo financeiro para estudantes do ensino médio público inscritos no Cadastro Único (CadÚnico), ou outros benefícios, pode fazer diferença real na permanência escolar. E isso significa menos chance de evasão.

## Ajude a família a observar sinais de sofrimento

Quando a pessoa começa a ter mudanças bruscas de comportamento (faltas, isolamento, agressividade, tristeza, ansiedade ou perda de interesse pela escola podem sinalizar que algo está acontecendo). Esse olhar é importante porque nem sempre a pessoa consegue dizer “estou sofrendo”. Quando escola e família conseguem observar juntas, aumenta a chance de proteção.

## Nem toda ausência significa descuido

Se a pessoa responsável pela criança não foi à reunião ou não respondeu a uma mensagem, pode estar trabalhando, sobrecarregada, adoecida ou com questões emocionais naquele momento. Quando a escola deixa espaço para compreender essas realidades, cria pontes em vez de muros.

## Recomende conversas em casa

Conversar sobre aulas, amizades, dificuldades e sentimentos ajuda crianças e adolescentes a se sentirem vistos e protegidos. Mas o mais importante é ouvir sem pressa. Há coisas que só são compartilhadas quando a pessoa sente que não haverá interrupção, correção ou descrédito.

## Quando a família não consegue sozinha

- Há situações em que os esforços da família e da escola não são suficientes. Nesses casos, acionar a rede de proteção social pode ser fundamental. Conselhos Tutelares, CRAS (Centros de Referência de Assistência Social), CREAS (Centros de Referência Especializados de Assistência Social) e demais serviços públicos existem justamente para apoiar famílias em contextos de maior vulnerabilidade. justamente para apoiar famílias em contextos de maior vulnerabilidade. Ajuda lembrar à família que pedir ajuda não é fracasso, é cuidado.



## Como conversar com as famílias sobre ensino de gênero e sexualidade

Construir uma escola acolhedora também passa por enfrentar preconceitos que atravessam a nossa sociedade. Isso exige preparo, informação e disposição para dialogar com famílias que muitas vezes chegam carregando medos, dúvidas e informações distorcidas. É importante lembrar que resistências nascem frequentemente do desconhecimento ou de opiniões equivocadas que são disseminadas, sobretudo nas redes sociais e se proliferam no boca-a-boca.

Muitas famílias vivem o processo de descoberta da identidade de gênero e da orientação sexual das filhas, filhos e filhos com medo, confusão e insegurança. Algumas estão aprendendo; outras ainda estão tentando compreender. Por isso, informação e acolhimento fazem tanta diferença. A cartilha *Confie no amor* [veja bibliografia] pode ser uma boa companhia nesse caminho. Indique-a sempre que possível.

*“O aluno me disse que a família era muito religiosa, que nem podia tocar no assunto do nome social. Mas nas minhas aulas ele pode, sim, ser chamado pelo nome que escolheu. É o único espaço na escola onde se sente protegido, porque eu faço questão de chamá-lo pelo nome social.”*

**Márcia, educadora,  
São José dos Campos, SP.**

## Ensino de gênero não é “ideologia de gênero”

Essa confusão aparece com frequência e merece esclarecimento objetivo. Trabalhar gênero na escola não significa “induzir” identidades ou “transformar” estudantes, como se isso fosse possível. Significa ensinar respeito, prevenção à violência e promoção da convivência saudável. Também pode representar uma garantia de que filhas, filhos e filhos LGBTQIA+ possam estudar em segurança, construir vínculos e acessar seus direitos.



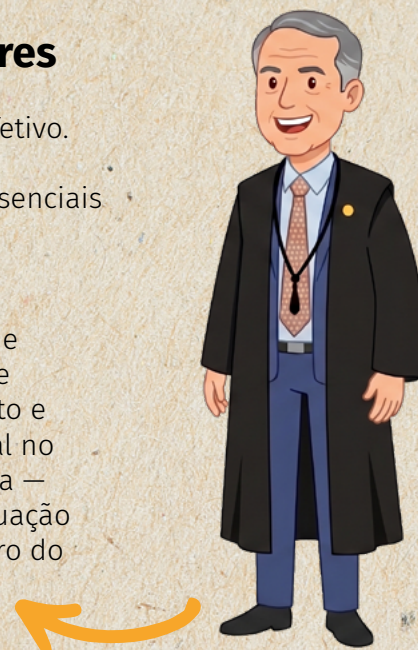
## Falar sobre sexualidade não incentiva prática sexual

Ao contrário: informação protege. Educação sexual adequada à faixa etária ajuda estudantes a compreenderem seus corpos, a reconhecerem situações de risco, a prevenirem infecções sexualmente transmissíveis (ISTs), a evitarem gravidez não planejada e a desenvolverem noções de autocuidado, consentimento e responsabilidade. Além disso, informação qualificada pode ser decisiva na prevenção ou na identificação de situações de abuso ou violência.

## Escola e família: papéis complementares

A família deve ensinar valores, cuidado e dar suporte afetivo. A escola amplia repertórios, apresenta diversidade de experiências humanas e compartilha conhecimentos essenciais para a vida em sociedade. São funções diferentes, mas profundamente complementares.

Silenciar assuntos relacionados a gênero e à sexualidade não os retira da vida de estudantes; apenas permite que fiquem mais vulneráveis à desinformação, ao preconceito e ao sofrimento. “Não tratar de gênero e orientação sexual no ensino não suprime esses temas da experiência humana — apenas contribui para a desinformação e para a perpetuação do sofrimento”, afirmou Luís Roberto Barroso, ex-ministro do Supremo Tribunal Federal (STF).<sup>32</sup>



## O que profissionais da educação podem e devem ensinar

Educadoras e educadores devem seguir a lei e o currículo nacional quando abordam anatomia e fisiologia dos sistemas reprodutores, construções sociais do masculino e do feminino, prevenção de ISTs, gravidez precoce, métodos contraceptivos, direitos reprodutivos e relações de gênero com foco na prevenção à discriminação. Tudo isso consta em documentos e normas oficiais.

## Como agir em caso de conflitos

Conflitos podem acontecer. Nessas situações, respaldo institucional é essencial. Registrar o planejamento pedagógico, compartilhar previamente conteúdos em reuniões e manter direção e coordenação alinhadas ajuda a prevenir desgastes e a proteger o trabalho docente. Guardar registros de comunicações, reuniões e documentos também constitui uma prática importante de segurança profissional em documentos e normas oficiais.



# Nossas principais fontes de dados

1 e 2. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua: informativo 2024. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102180\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102180_informativo.pdf)

A pesquisa apresenta dados socioeconômicos da população brasileira e contextualiza as desigualdades estruturais que impactam o acesso e a permanência na educação.

---

3, 23, 28 e 30. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar – PeNSE 2024. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: [https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com\\_mediaibge/arquivos/4a06479960c4b8510eb91f53e38c9433.pdf](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/4a06479960c4b8510eb91f53e38c9433.pdf)

Principal levantamento nacional voltado à investigação de atitudes, hábitos e cuidados de saúde entre os adolescentes brasileiros. Inclui dados sobre a incidência de bullying.

---

4 e 5. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua: informativo 2023, módulo educação. PNAD Contínua: informativo 2022, módulo pessoas com deficiência. Rio de Janeiro: IBGE.

---

6. INSTITUTO UNIBANCO. A experiência das pessoas trans e travestis na educação. Observatório de Educação – Em Debate, [s.l.], [s.d.]. Disponível em: <https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/em-debate/conteudo-multimedia/detalhe/a-experiencia-das-pessoas-trans-e-travestis-na-educacao>. Aborda os desafios enfrentados por pessoas trans e travestis no ambiente educacional, evidenciando questões como exclusão, evasão escolar, preconceito e dificuldades de permanência nas instituições de ensino.

---

7. FUCUTA, Brenda. O racismo não tem sentido para a biologia, diz cientista. Universa UOL, São Paulo, 28 nov. 2020. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/colunas/brenda-fucuta/2020/11/28/o-racismo-nao-tem-sentido-para-a-biologia-diz-cientista.htm>.

Apresenta uma discussão sobre a inexistência de fundamento biológico para a categorização racial humana, a partir da entrevista com uma cientista especializada no tema.

---

8 e 16 e 17. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico 2022: população e domicílios. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=2102011&view=detalhes>. Acesso em: 12 jun. 2026.

---

9. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (Ipea). Renda, pobreza e desigualdade: apresentação. Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça. Brasília, 2024. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/retrato/indicadores/renda-pobreza-e-desigualdade/apresentacao>.

Apresenta indicadores atualizados sobre renda, pobreza e desigualdade no Brasil, com ênfase nas intersecções entre raça e gênero, e evidencia que a população negra permanece em situação de maior vulnerabilidade socioeconômica.

---

10. DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (Dieese). Consciência negra: desigualdades persistem no mercado de trabalho e na renda da população negra. São Paulo, 2024. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2024/conscienciaNegra.html>.

Analisa as desigualdades raciais presentes no mercado de trabalho brasileiro, destacando diferenças de renda, ocupação, desemprego e informalidade entre pessoas negras e não negras.



11. TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). Análise da distribuição de candidaturas, vagas de eleitos e recursos de financiamento por perfil racial. Brasília: TSE, 2025. 66 p. Disponível em: [https://www.tse.jus.br/institucional/catalogo-de-publicacoes/arquivos/analise-da-distribuicao-de-candidaturas-vagas-de-eleitos-e-recursos-de-financiamento-por-perfil-racial/@@display-file/file/Relatorio\\_estatistico\\_digital.pdf](https://www.tse.jus.br/institucional/catalogo-de-publicacoes/arquivos/analise-da-distribuicao-de-candidaturas-vagas-de-eleitos-e-recursos-de-financiamento-por-perfil-racial/@@display-file/file/Relatorio_estatistico_digital.pdf).

O relatório apresenta uma análise estatística sobre a distribuição de candidaturas, ocupação de vagas eletivas e acesso a recursos de financiamento de campanha segundo perfil racial no Brasil.

---

12. TODOS PELA EDUCAÇÃO. Capítulo 10 – Equidade racial. Anuário Brasileiro da Educação Básica 2025. São Paulo: Todos Pela Educação, 2025. Disponível em: <https://anuario.todospelaeducacao.org.br/2025/capitulo-10-equidade-racial.html>.

O capítulo analisa indicadores relacionados à equidade racial na educação básica brasileira, evidenciando desigualdades persistentes entre estudantes brancos, negros e indígenas no acesso, permanência e desempenho escolar.

---

13. WORLD OBESITY FEDERATION. Atlas Mundial da Obesidade [World Obesity Atlas] 2026. Londres: World Obesity Federation, 2026. Disponível em: <https://data.worldobesity.org/publications/?cat=24>

Reúne dados epidemiológicos globais sobre sobrepeso e obesidade, apresentando estatísticas, projeções e análises sobre fatores de risco e impactos na saúde pública.

---

14. INSTITUTO NACIONAL DE NANISMO. INN – Instituto Nacional de Nanismo. [S. l.], [s. d.]. Disponível em: <https://inn.org.br/>.

Site reúne informações, projetos e ações voltadas à conscientização sobre nanismo, inclusão social e defesa dos direitos de pessoas com essa condição.

---

15. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise em Saúde e Vigilância de Doenças Não Transmissíveis. Saúde Brasil 2020/2021: anomalias congênitas prioritárias para a vigilância ao nascimento. Brasília: Ministério da Saúde, 2021. Disponível em: <https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/12499>

---

18. DOYLE, Nancy. Neurodiversidade no trabalho: um modelo biopsicossocial e o impacto em adultos-trabalhadores [Neurodiversity at work: a biopsychosocial model and the impact on working adults]. British Medical Bulletin, Oxford, v. 135, n. 1, p. 108–125, 2020. Disponível em: <https://academic.oup.com/bmb/article/135/1/108/5913187>

Artigo discute a neurodiversidade na vida adulta, analisando como condições como autismo, TDAH, dislexia e dispraxia influenciam experiências acadêmicas, profissionais e sociais. A autora propõe compreender diferenças neurológicas como variações humanas que demandam adaptações e inclusão em diferentes contextos, especialmente no ambiente de trabalho.

---

19. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Censo Escolar 2024. Brasília, DF: INEP, 2024. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/censo\\_escolar/resultados/2024/apresentacao\\_coletiva.pdf](https://download.inep.gov.br/censo_escolar/resultados/2024/apresentacao_coletiva.pdf).

O documento apresenta dados atualizados sobre matrículas, permanência e fluxo escolar. Permite compreender fatores relacionados à evasão escolar.

---

20. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO DÉFICIT DE ATENÇÃO. ABDA – Associação Brasileira do Déficit de Atenção. Rio de Janeiro, [s. d.]. Disponível em: <https://tdah.org.br/>.

Reúne informações científicas e educativas sobre Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), incluindo sintomas, diagnóstico, tratamento e estratégias de acompanhamento.

21. UNICEF. A Situação Mundial da Infância 2021: promovendo, protegendo e cuidando da saúde mental de crianças e adolescentes. Nova York: UNICEF, 2021. Disponível em: <https://www.unicef.org/reports/state-worlds-children-2021>

O relatório aborda a saúde mental de crianças, adolescentes e seus cuidadores em âmbito global, analisando fatores sociais, econômicos e culturais que impactam o bem-estar psicológico e o desenvolvimento infantojuvenil.

22. AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014. Disponível em: <https://www.psychiatry.org/psychiatrists/practice/dsm>.

O DSM-5 é um manual de referência internacional utilizado para classificação, descrição e critérios diagnósticos de transtornos mentais.

24. INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Atlas da Violência 2024. Brasília: Ipea; FBSP, 2024. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/artigo/287/atlas-da-violencia-2024>.

Apresenta um panorama atualizado sobre os índices de violência no Brasil, reunindo dados estatísticos e análises referentes a homicídios, violência de gênero, desigualdades raciais e segurança pública.

25. ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA SERGIO AROUCA; Fundação Oswaldo Cruz. Caderno de Saúde Pública 42. 2026. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311XEN062525>.

26 BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa e ao Controle Social. Óbitos por suicídio entre adolescentes e jovens negros, 2012 a 2016. Brasília: Ministério da Saúde; Universidade de Brasília, 2018. Disponível em: [https://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/obitos\\_suicidio\\_adolescentes\\_negros\\_2012\\_2016.pdf](https://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/obitos_suicidio_adolescentes_negros_2012_2016.pdf). Acesso em: 8 maio 2026.

27 ALVES, Flávia Jose Oliveira et al. The rising trends of self-harm in Brazil: an ecological analysis of notifications, hospitalisations, and mortality between 2011 and 2022. [Tendências crescentes de autolesão no Brasil: uma análise ecológica de notificações, internações e mortalidade entre 2011 e 2022]. The Lancet Regional Health – Americas, v. 31, 100691, mar. 2024. Disponível em: [https://www.thelancet.com/journals/lanam/article/PIIS2667-193X\(24\)00018-8/fulltext#:~:text=From%202011%20to%202022%2C%20720%2C480,have%20increased%20in%20the%20country](https://www.thelancet.com/journals/lanam/article/PIIS2667-193X(24)00018-8/fulltext#:~:text=From%202011%20to%202022%2C%20720%2C480,have%20increased%20in%20the%20country).

29. ALIANÇA NACIONAL LGBTI+; INSTITUTO UNIBANCO. Pesquisa nacional sobre o bullying no ambiente educacional brasileiro (2024). Disponível em: [https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/cedoc/detalhe/pesquisa-nacional-sobre-o-bullying-no-ambiente-educacional-brasileiro-2024\\_0de31c89-3774-4470-a84a-1bf49caab276](https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/cedoc/detalhe/pesquisa-nacional-sobre-o-bullying-no-ambiente-educacional-brasileiro-2024_0de31c89-3774-4470-a84a-1bf49caab276). Acesso em: 8 maio. 2026.

A pesquisa apresenta diagnóstico das experiências de estudantes, especialmente LGBTQIA+, no ambiente escolar, abordando segurança, bullying, discriminação e saúde mental.

31. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional de Saúde: 2019: ciclos de vida: Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://www.pns.icict.fiocruz.br/wp-content/uploads/2021/12/liv101846.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2026.

A pesquisa estima que 17,3 milhões de brasileiros (8,4% da população com 2 anos ou mais) possuem algum tipo de deficiência. O estudo evidencia desigualdades educacionais e destaca a necessidade de políticas de inclusão e ampliação do acesso à educação para essa população.



32. O GLOBO. STF suspende lei que proibia ensino sobre gênero nas escolas do Paraná. O Globo, Rio de Janeiro, 28 jun. 2017. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/stf-suspende-lei-que-proibia-ensino-sobre-genero-nas-escolas-do-parana-21491015>

Matéria traz frase proferida pelo ministro do Supremo Tribunal Federal, Luís Roberto Barroso, ao suspender dispositivo do Plano Municipal de Educação de Paranaguá (PR), que proibia a utilização dos termos “gênero” e “orientação sexual” nas escolas.

## Mais referências utilizadas

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR (Brasil). Guia ANS de diversidade e inclusão. Rio de Janeiro: ANS, 2023. Disponível em: [https://www.gov.br/ans/pt-br/assuntos/noticias/sobre-ans/ans-lanca-publicacao-sobre-diversidade-e-inclusao/copy\\_of\\_GuiaANSdediversidadeeincluso.pdf](https://www.gov.br/ans/pt-br/assuntos/noticias/sobre-ans/ans-lanca-publicacao-sobre-diversidade-e-inclusao/copy_of_GuiaANSdediversidadeeincluso.pdf). Acesso em 8 maio 2026.

A publicação apresenta conceitos, orientações e práticas institucionais voltadas à promoção da diversidade, equidade e inclusão em ambientes organizacionais.

CASTILHOS, Ian Fernandes de. Transfobia e evasão escolar de pessoas trans. Revista Episteme Transversalis, 2024. Disponível em: <https://revista.ugb.edu.br/episteme/article/view/3047/2462>. Acesso em: 8 maio 2026.

O artigo analisa a evasão escolar de pessoas trans sob perspectiva interdisciplinar, relacionando gênero, direitos fundamentais e violência.

CENTRO DE VALORIZAÇÃO DA VIDA (CVV). Guia CVV para pais e educadores. São Paulo: CVV, 2023. Disponível em: [https://cvv.org.br/wp-content/uploads/2023/08/guia\\_CVV\\_pais\\_educadores\\_DIGITAL.pdf](https://cvv.org.br/wp-content/uploads/2023/08/guia_CVV_pais_educadores_DIGITAL.pdf)

Apresenta orientações sobre acolhimento emocional, escuta ativa, prevenção ao sofrimento psíquico e identificação de sinais de risco relacionados à saúde mental de crianças e adolescentes.

FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO; FUNDAÇÃO ITAÚ EDUCAÇÃO E TRABALHO. Juventudes fora da escola: sem concluir a educação básica. Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2024. Disponível em: [https://s3.glbimg.com/v1/AUTH\\_e179b208e56946d3a19ef0cfac2dd20b/portal/static/uploads/2024/06/final\\_JUVENTUDEforaDAescolaCOMPLETOV6.pdf](https://s3.glbimg.com/v1/AUTH_e179b208e56946d3a19ef0cfac2dd20b/portal/static/uploads/2024/06/final_JUVENTUDEforaDAescolaCOMPLETOV6.pdf)

Estudo que analisou o perfil de pessoas jovens brasileiras entre 15 e 29 anos que estão fora da escola, com importantes dados quantitativos e qualitativos, sobre evasão escolar.

GOMES, Jheniffer et al. Por que discutir gênero na escola? São Paulo: Ação Educativa, 2016. Disponível em: <https://acaoeducativa.org.br/wp-content/uploads/2025/05/Por-que-discutir-genero-na-escola-Educacao.pdf>

A cartilha aborda reflexões sobre relações de gênero, diversidade sexual, desigualdade, violência contra mulheres e preconceitos reproduzidos no ambiente escolar.

INSTITUTO INCANTO. Cartilha educativa em diversidade, equidade e inclusão. Disponível em: <https://institutoincanto.org.br/wp-content/uploads/2025/09/Cartilha-Educativa-em-Diversidade-Equidade-e-Inclusao.pdf>

Apresenta conceitos fundamentais sobre diversidade e contribui para a compreensão das barreiras enfrentadas por estudantes da diversidade no ambiente escolar.

MÃES PELA DIVERSIDADE. Cartilha Confie no Amor (2024). Disponível em: <https://maespeladiversidade.org.br/wp-content/uploads/2024/05/Cartilha-Confie-no-Amor.pdf>. Acesso em 8 de maio 2026.



MÃES  
PELA DI  
VERSI  
DADE

MÃES PELA DIVERSIDADE. Manual de Direitos da comunidade LGBTQIA+ (2025). Disponível em: <https://maespeladiversidade.org.br/wp-content/uploads/2026/01/Maes-Manual-Direitos-da-Comunidade-LGBTQIA.-2026.pdf>. Acesso em: 8 maio 2026.

O manual enfatiza a dimensão jurídica da temática e destaca instrumentos legais de proteção e reconhecimento da identidade de gênero

---

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). Orientação técnica internacional sobre educação em sexualidade: uma abordagem baseada em evidências para escolas, professores e educadores em saúde. Brasília, DF: Unesco, 2014. Disponível em: [https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000183281\\_por](https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000183281_por). Acesso em: 8 maio 2026.

Apresenta diretrizes pedagógicas voltadas à implementação da educação em sexualidade em contextos escolares, abordando temas como direitos sexuais e reprodutivos, prevenção de violências, igualdade de gênero, saúde e desenvolvimento humano.

---

SENADO FEDERAL. Inclusão e diversidade LGBTQIA+: guia. Brasília, DF (2023). Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/611701>. Acesso em: 8 maio 2026.

O guia aborda a construção social do gênero e os mecanismos de discriminação contra a população LGBTQIA+.

---

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO. Análise aborda transtornos mentais em pessoas com deficiência intelectual. São Paulo: Unifesp, 2024. Disponível em: <https://portal.unifesp.br/destaques/analise-transtornos-mentais-pessoas-deficiencia-intelectual>. Acesso em: 8 maio 2026.

Apresenta análise sobre a ocorrência e especificidades de transtornos mentais em pessoas com deficiência intelectual.

---

BRASIL. Ministério da Educação. Pé-de-Meia. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2026. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pe-de-meia>.



# Equipe

Este caderno é uma produção das Mães pela Diversidade, em especial das Mães Educadoras com apoio do Grupo de Mães Acolhedoras e do Grupo de Mães Pretas

Direção do projeto

**Brenda Fucuta**

Direção do projeto no Vale do Paraíba

**Márcia Oliveira**

Pesquisa e texto

**Eliane Mendonça e Brenda Fucuta**

Arte

**Giuliano Asaka Poli**

Revisão

**Cássia Janeiro**

Contato com as escolas

**Marcia Vanzella**

Consultoria das Mães pela Diversidade

**Luciene Mendes** (legislação), **Marisa Alves de Souza** (pedagógica), **Eliane Moreira** (étnico-racial), **Karla de Siqueira**, **Elisângela Lopes**, **Jôse Ferracini**, **Mirian De Biasi** (metodologia de acolhimento).

Colaboração:

**Regina Figueiredo**/IS/SES-SP



MÃES  
PELA DI  
VERSI  
DADE

"Meu filho tinha 9 anos e usava o cabelo longo e crespo, tipo black power. Um dia, quando fui buscá-lo na escola, o cabelo estava preso – e isso nunca acontecia. Foi então que ele contou: a professora tinha amarrado o cabelo dele na frente de toda a turma. Uma violência sem sentido.


Eu reclamei, protestei, deixei claro que aquela atitude tinha sido racista, mas mantive meu filho na escola mesmo assim, porque eu acredito que a gente deve mudar o lugar, não fugir dele.

A escola iniciou projetos de letramento racial e até contratou novos professores negros. Apesar de tudo, conseguimos transformar aquele ambiente para todos os alunos negros que ainda vão passar por lá.

**Joyce, mãe pela diversidade, Rio de Janeiro, RJ.**



 **maespeladiversidade**

 **11 97362 1805**

Se sua escola quiser conversar com as mães pela diversidade, escreva Educação no campo de assunto.

Este documento está disponível em:

**[www.maespeladiversidade.org.br](http://www.maespeladiversidade.org.br)**

MÃES  
PELA DI  
VERSI  
DADE



ALSTOM

